O PROTAGONISMO DAS MULHERES NA HISTÓRIA POLÍTICA CONTEMPORÂNEA DE MOÇAMBIQUE E SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

Milena Santos Santiago [1], Maria Claudia Cardoso Ferreira [2]

RESUMO

Este trabalho é resultado do projeto de iniciação científica intitulado *Mulheres na história política contemporânea dos Palop: a constituição de um acervo digital de fontes*, pesquisa a qual foi realizada entre os anos de 2017 e 2018 na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro Brasileira, vinculado ao grupo de extensão África Contemporânea. Este é tido como uma reflexão sobre os primeiros resultados do levantamento e catalogação de fontes diversas sobre a presença de mulheres africanas nos espaços de poder. Porém, aqui foram selecionados dois países, Moçambique e São Tomé e Príncipe, para serem analisados os resultados mais pertinentes, considerando o recorte dado a cada pesquisadora do projeto. A desigualdade de gênero e os problemas que vêm cocomitantes a esta fazem parte de uma realidade existente em quase, senão todos, os Estados nacionais e para um maior estímulo e potencialização de estudos voltados à temática é que se propõe a constituição deste acervo digital para acadêmicas e acadêmicos pesquisadores, além de se dispor enquanto instrumento para ampliar olhares diante das realidades africanas. Entretanto, a pesquisa pode ser melhor analisada através do site Mulheres no Poder, disponível pelo endereço http://mulheresnopoder.unilab.edu.br/.

Palavras-chave:

Participação política. Mulheres. Palop.

[1] Unilab, Campus dos Malês, Discente, e-mail: milenasantiago@aluno.unilab.edu.br
[2] Unilab, Campus dos Malês, Docente, e-mail: mariacardos28@unilab.edu.br

INTRODUÇÃO

O presente trabalho apresenta os resultados da pesquisa desenvolvida no projeto de pesquisa Mulheres na história política contemporânea dos Palop: a constituição de um acervo digital de fontes, contemplado pelo Edital 03/2017, no qual fui pesquisadora de iniciação científica voluntária.

A pesquisa surgiu de duas problematizações. A primeira passou pela constatação de que na história contemporânea dos Palop é recorrente uma produção acadêmica que privilegia o período do colonialismo, as lutas de independência e a constituição dos Estados-Nacionais, o que acaba por reforçar uma história dos grandes líderes, dos feitos do Estado, marcada pela história política tradicional. A segunda porque foram identificadas inúmeras dificuldades dos/as estudantes internacionais em conseguir fontes para suas pesquisas, seja porque estão longe de casa, seja porque têm dificuldades para compreender a internet como um espaço produtor de dados.

Assim, o principal objetivo da pesquisa foi disponibilizar um acervo de fontes, digitais (documentos físicos que foram digitalizados) e nato-digitais (documentos que só existem na forma digital), sobre o protagonismo feminino no âmbito da política dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa – Palop e assim diminuir as dificuldades em realizar pesquisas com temas como representação e participação política; tomada de decisão, empoderamento político, desigualdades de gênero na política, etc. Sob a minha responsabilidade ficou a tarefa de levantar em sítios da internet documentos sobre os Palops com foco nos temas supracitados. E num segundo momento me coube classificar as fontes por países e, por fim, fazer um resumo de cada documento encontrado, priorizando os documentos relacionados a Moçambique e São Tomé e Príncipe.

METODOLOGIA

Esta primeira fase da pesquisa foi de caráter histórico-arquivístico em que se explorou documentos primários e trabalhos acadêmicos sobre a participação das mulheres na política dos Palops disponíveis na internet.

Com o levantamento inicial dos documentos, foi necessário estudar as fontes digitais e nato-digitais sobre Moçambique e São Tomé e Príncipe. Foi realizada a análise e organização dos arquivos salvos, com a delimitação da quantidade de vinte para cada país. Assim, partiu-se para uma leitura mais cuidadosa e completa em que se analisava se de fato o tema era pertinente. O terceiro momento da pesquisa foi o de realizar um resumo para cada arquivo selecionado. No final deste processo, cuidou-se de adicionar informações básicas sobre documentos, como a autoria, fonte (sítio original), data da publicação e data do acesso.

A pesquisa exploratória se realizou por meio das ferramentas de busca com palavras-chave nos sites dos órgãos estatais, das organizações não governamentais, dos organismos internacionais dos direitos humanos a fim de chegar aos documentos. Esse conjunto de documentos inventariados sobre as mulheres na política de Moçambique e São Tomé e Príncipe, se juntaram aos documentos de Angola, Cabo Verde e Guiné-Bissau e estão organizados no site Mulheres no Poder. Para a constituição do site contamos com a parceria de Bismarck Almeida, servidor da Unilab pelo setor de informática. Assim, todo o resultado do projeto está disponível no endereço http://mulheresnopoder.unilab.edu.br/ .

A pesquisa por documentos na internet é interessante ao passo porque nos dá acesso à informações diversas, porém, por outro lado, deve-se haver cuidados na preservação de dados essenciais de propriedade. Outro ponto crucial que foi tomado para a organização e armazenamento de todos os trabalhos encontrados sobre a participação política de mulheres na história dos PALOP foi a de salvar os textos na íntegra, considerando

que na internet os dados, constantemente, estão sendo alterados, modificados ou até mesmo excluídos. Segundo Carvalho (p.262, 2017) “A catalogação e classificação dos recursos digitais deve levar em conta a natureza dinâmica desses materiais. Tanto as normas de catalogação como os catalogadores deverão estar preparados para lidar com esses documentos”.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Durante a leitura das fontes e elaboração de seus respectivos resumos, algumas problemáticas foram recorrentes. Elas serão apresentadas aqui na discussão.

As mulheres participaram e participam da política e contribuíram/contribuem para o bem comum. No entanto, a visibilidade das mulheres na política é sempre menor, em decorrência de uma forte cultura patriarcal. Desde o período das lutas por independência nos Palop há relatos de muitas atividades políticas desenvolvidas por mulheres, apesar de não haver tantos reconhecimentos e igualdade na comparação com o que se divulgou e pesquisou sobre os feitos dos homens (GOMES, 2016).

As mulheres africanas, no geral, adquiriram um protagonismo como sujeito histórico através do movimento nacionalista. Segundo Vera Gasparetto (2017, P. 394), “a participação na luta armada levou-as a questionarem seu papel, as relações sociais de gênero e o projeto de sociedade a ser construído”.

A desigualdade de gênero é uma realidade na maioria, senão todos, os Estados Nacionais existentes em maior ou menor grau, ao mesmo passo que a luta e o desejo pela transformação social cresce em prol da superação de uma hegemonia masculina. Em África e, principalmente, nos Palop já é possível observar movimentações de mulheres e uma maior atenção dos governos, seja em políticas públicas e legislações e também no desenvolvimento sócio-econômico.

O movimentos de mulheres nas sociedades africanas vêm, gradualmente, propondo uma (re)configuração de direitos e ocupações importantes para o alcance da igualdade e equidade de gênero, sobretudo, na política e seus espaços masculinizados e, constantemente, naturalizados. O ativismo das mulheres vem propondo a criação de grupos de ativistas e atividades sociais articuladas com o Estado e com Organizações Internacionais, ampliando suas demandas e necessidade e obtendo um nível de organização bastante significativo para a conscientização e mobilização das pessoas. Tudo isso auxilia no fortalecimento da luta, oportunizando, cada vez mais, conquistas em torno da igualdade e equidade de gênero.

Com a tomada de consciência política, as mulheres que chegam nos espaços de poder passam a trabalhar mais com áreas sociais, com atenção maior às suas próprias demandas enquanto grupo político-social. Foi possível observar nos documentos levantados para o site que há iniciativas de alguns movimentos de mulheres que defendem os direitos das mulheres e atuam pressionando o Estado na tentativa de criar novas fontes de subsistência como forma de emancipar, empoderar, capacitar e incentivar outras mulheres que se encontram em situação subalterna ou que, simplesmente, não conhecem seus direitos.

De acordo com Vera Gasparetto (2017, P. 393), é possível verificar uma rearticulação da sociedade civil na África e em todo o mundo nas lutas contra as ditaduras e pela (re)democratização, o que se leva ao surgimento de novos movimentos sociais desafiados a enfrentar o “desencanto do mundo”, o qual condiciona as lutas de contestações femininas que se propõe a questionar paradigmas conservadores.

O princípio da igualdade de gênero baseado nos Direitos Humanos e na proposta de sua ampliação diz respeito a um projeto, em consequência do ativismos de muitas mulheres, que emergem a desfazer a limitação de experiências vividas apenas por elas comparadas às situações que se assemelhavam às dos homens. Segundo Kimberlé Crenshaw (2012):

Enquanto no passado a diferença entre mulheres e homens serviu como justificativa para marginalizar os direitos das mulheres e, de forma mais geral, para justificar a desigualdade de gênero, atualmente a diferença das mulheres indica a responsabilidade que qualquer instituição de direitos humanos tem de incorporar uma análise de gênero em suas práticas. (CRENSHAW, 2012, P. 172).

Portanto, mesmo que a teoria ainda esteja distante da realidade, nosso estudo identificou movimentos e ativismos de mulheres voltados à capacitar e incentivar mais mulheres na participação política e no projeto de desenvolvimento dos países africanos no âmbito social, político e/ou econômico.

Percebeu-se, com base nos documentos levantados na pesquisa, que tanto Moçambique como São Tomé e Príncipe enfrentam situações marcadas pelas desigualdades de gênero, não muito distintas de outros Estados-Nacionais. Entretanto, a participação e a representatividade política das mulheres que conseguiram chegar ao poder já mobiliza reparações em torno da problemática e enfrentam diversos desafios para que mais mulheres ocupem espaços de tomada decisões. Para exemplificar, Moçambique apresenta números bem promissores no âmbito da tomada de decisão com 23, 8% de mulheres no executivo e 39,6% no legislativo (UN Women, 2017). Para isso, o incentivo, o empoderamento e capacitação política tornam-se pautas importantes para possibilitar a igualdade e equidade de mulheres na política com o intuito de descaracterizar essa estrutura de opressão.

O contexto africano, no geral, ainda apresenta fortes opressões de gênero presentes na cultura, porém é importante considerar o crescimento tanto na equidade de mulheres quanto em mudanças diante da atuação e mobilização das mesmas na sociedade.

CONCLUSÕES

Do ponto de vista feminista, a participação das mulheres na política pode ser considerado um avanço importante como possibilidade de transformação das estruturas de poder perpetuadas e naturalizadas ao longo do tempo, como categorias determinantes das variadas desigualdades sociais.

Este projeto ofereceu a oportunidade de não só discutir sobre gênero, que é um tema cada vez mais frequente e indispensável, como também nos permitiu ampliar os olhares sobre a realidade do continente africano. A pesquisa consistiu, justamente, em estimular e potencializar estudos sobre a temática, sobretudo, despertar estes conhecimentos às mulheres para que tenham mais elementos à consciência de seus direitos na sociedade política contemporânea.

Para esta pesquisa todas as atividades previstas foram realizadas e por conta do grande número de fontes se seguiu para uma segunda fase. Todos os documentos estão disponíveis para o acesso no site http://mulheresnopoder.unilab.edu.br/ .

AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente a professora Maria Claudia e a colega Locarine pelos aprendizados para além da academia, para a vida.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Diogo. Dilemas e obrigações da história digital e da sociologia digital relacionadas à coleta massiva de dados na internet Contemporâneos – Revista de Artes e Humanidades 2017 nº15 nov-maio 2017.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. Revista Estudos Feministas, 1/2002, pp. 171-188.

GASPARETTO, Vera Fátima. Perspectivas feministas africanas e organizações de mulheres em Moçambique. Revista Estudos Feministas, [s.l.], v. 25, n. 1, p.393-396, abr. 2017. FapUNIFESP (SciELO). http://dx.doi.org/10.1590/1806-9584.2017v25n1p393

GOMES, Patricia Alexandra Godinho "As outras vozes": Percursos femininos, cultura política e processos emancipatórios na Guiné-Bissau Odeere: revista do programa de pós-graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade – UESB. Ano 1, número 1, Janeiro – Junho de 2016

NASCIMENTO, Leonardo. A Sociologia Digital: um desafio para o século XXI. Sociologias. Porto Alegre. V°.18, N° 41. P, 216-241. Jan-abril. 2016.

UN Women - IPU- Women in Politics: 2017; UN Women, Inter-Parlamentary Union; disponível em: https://www.ipu.org/resources/publications/infographics/2017-03/women-in-politics-2017?utm_source=Inter-Parliamentary+Union+%28IPU%29&utm_campaign=550dedbec7-EMAIL_CAMPAIGN_2017_02_23&utm_medium=email&utm_term=0_d1ccee59b3-550dedbec7-258891957